

Coesão militar: a força da nossa Força

Cel Antonio Ferreira Sobrinho*

Introdução

Mantem, em elevado grau, o culto às tradições e aos valores militares e ampliar o estudo da História Militar, de forma a fortalecer a coesão e o espírito de corpo da Instituição.

Diretriz do Comandante do Exército
2021-2022

A intenção deste trabalho é trazer ao nosso público-alvo algumas reflexões sobre a temática da coesão, trabalhando os seus diferentes conceitos, apresentados por estudiosos civis e militares compulsados, com outras ferramentas pedagógicas empregadas na formação moral do militar brasileiro. Utiliza, também, a História Militar Brasileira para levantar os momentos em que esse fundamental componente do poder de combate foi perdido e as ações envidadas para a sua recomposição.

Para isso, o estudo foi organizado de forma a iniciar-se com uma discussão a respeito de alguns conceitos que são utilizados no tema da pesquisa, com especial atenção, sobretudo, ao termo “coesão”. Ainda nesse início, é apresentado o referencial teórico que norteou o desenvolvimento do trabalho.

Na sequência, é demonstrado como a instituição, em uma tentativa de alcançar um elevado nível de coesão, utiliza os valores militares, a liderança, a hierarquia e a disciplina como ferramentas pedagógicas preventivas para obtê-la ou restaurá-la.

Por último, é feita uma análise dos principais acontecimentos que tiveram influência na construção/desconstrução da coesão no Exército Brasileiro, dentro de uma narrativa histórica, que se inicia em 1889, com a Proclamação da República, e vem até os dias atuais.

Na conclusão, deixamos antever uma posição otimista da existência de um elevado nível de coesão no Exército Brasileiro dos nossos dias, por conta de fatores que apontamos sobejamente, embora consideremos o surgimento de ameaças a esse *status quo*.

Referencial teórico

É próprio das sociedades humanas estarem organizadas e motivadas, em grande parte, por uma cultura herdada. Os seres humanos devem seu caráter distinto ao fato de compartilhar memórias institucionais e sustentar valores herdados do passado (CLARK, 1994). Dessa forma, dotar uma força militar de um passado comum e fundar nessa origem remota uma identidade coletiva é uma importante e permanente função social da História Militar. Ela desperta vibrações e desenvolve o espírito de corpo (CALAZA, 2012).

Na profissão militar, o caráter coletivo não é uma opção, um acessório ou mesmo um acréscimo relevante à atividade principal. Ela somente se efetiva na coletividade, na organização e na atuação de grupos.

*Cel Art R/1 (AMAN/1971, EsAO/1982, ECEME/1986). Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2008). Membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

As instituições militares utilizam a história para afirmar identidades enraizadas em tradições remotas, para referendar a autoridade estabelecida, para respaldar – embasadas em ações de líderes do passado – condutas e valores. A valorização do passado tem por finalidade criar valores sociais compartilhados, inculcar a ideia de que a corporação tem uma origem comum, semeando a convicção de que o passado constitui um importante elemento de coesão entre os diversos membros de um corpo militar para enfrentar as dificuldades do presente e assumir os desafios do futuro (CALAZA, 2012).

Mas o que são os valores, senão os compromissos que cada indivíduo, de certa maneira, assume com Deus, consigo mesmo e com a sociedade? Valores cujas dimensões dependerão do grau de seu atendimento pelo indivíduo, em conformidade com o nível de comprometimento que irá diferenciar cada ser (MAGALHÃES, 1991).

Embora possamos avaliar a importância dos valores individuais, morais e cívicos como básicos para todos os cidadãos, é, contudo, no meio militar que o compromisso com esses valores é mais incisivo e visível, presumindo a sociedade que seu braço armado os possua.

O E/1, em seu art. 27, apresenta como manifestações essenciais do valor militar nas Forças Armadas brasileiras:

- o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;
- o civismo e o culto das tradições históricas;
- a fé na missão elevada das Forças Armadas;
- o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;
- o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e
- o aprimoramento técnico-profissional.

E a coesão, do que se trata?

A coesão reúne quatro significados: aderência; união; qualidade de uma coisa em que todas as partes estão ligadas umas às outras; e harmonia (PRIBERAM, 2019).

Sociologicamente, a coesão é o meio pelo qual os indivíduos mantêm-se integrados a um grupo social, compartilhando crenças, ideias, objetivos e ações. Sua antítese é a desintegração social, causa da extinção do grupo social (BODART, 2016).

Para Paskevich, Estabrooks, Brawley e Carron (2001), a coesão é um processo dinâmico por meio do qual o grupo tende a permanecer junto e unido na busca do seu objetivo para a satisfação das necessidades afetivas dos seus membros. Coesão significa ficar juntos. É difícil depreciá-la.

Trazendo esse entendimento para o contexto militar, temos a coesão com um significado muito próprio, sendo descrita como a qualidade das relações entre soldados de uma organização militar, que influencia a conquista dos objetivos dessa unidade.

De acordo com Maccoun e Hix (2010), a coesão militar define-se pela conjugação de duas dimensões: a coesão de tarefa, que corresponde ao compromisso compartilhado pelos membros para atingir um objetivo que requer os esforços coletivos do grupo; e a coesão social, que reflete a proximidade emocional entre os membros do grupo, o quanto apreciam a companhia uns dos outros no quadro do convívio social. Tanto a coesão de tarefa como a coesão social estão presentes sob a forma de coesão horizontal (coesão primária entre pares, ao nível do grupo) e de coesão vertical (presente na relação entre líderes e subordinados).

Segundo Siebold (2006), a coesão no contexto militar é um processo contínuo de integração social entre membros de um grupo com os seus respectivos líderes. O autor acrescenta que a coesão é o produto do relacionamento criado pelo grupo em si, quer seja gerado por interações entre os membros, quer seja por experiências em atividades militares em combate e não combate.

No entendimento do conceito de coesão no Exército Brasileiro, surge como relevante o aparecimento da disciplina, da hierarquia e da liderança, que, apesar de distintos, são importantes as suas relações, pois concorrem para a obtenção de níveis mais elevados de coesão ou para a sua desintegração, ocasionando rupturas indesejáveis.

Da mesma forma atua o espírito de corpo, refletindo o grau de coesão da tropa e de camaradagem entre

seus integrantes, exteriorizado nas canções militares, gritos de guerra e lemas evocativos; uso de distintivos e condecorações regulamentares; irretocável apresentação; e, em especial, no culto dos valores e das tradições de sua organização militar.

A coesão do Exército na história militar brasileira

À luz desses conceitos, podemos avaliar a atuação do Exército, em momentos marcantes da história do Brasil, em que se caracterizou a coesão.

Primeira República (1889-1930)

No fim do governo de Floriano Peixoto, o exército encontrava-se debilitado em função das lutas internas de Canudos, Revolta da Armada e da Revolução Federalista. A eleição de Prudente de Moraes, embora tivesse restaurado o poder civil, não conseguiu dar fim ao período de agitações militares:

- rebeliões nas Escolas Militares da Praia Vermelha e do Ceará (1897) e do Rio de Janeiro (1904);
- revolta dos sargentos em 1915;
- levantes armados de unidades militares;
- atitudes individuais de insubordinação;
- movimentos armados de 1922 e 1924.

Todas essas manifestações contestatórias denotavam elevado grau de indisciplina, quebra da hierarquia e falta de liderança dos comandantes dos escalões mais elevados, culminando na ruptura da coesão do estamento militar, com oficiais subalternos de um lado e oficiais superiores do outro.

Havia descaso pelo preparo profissional nas Escolas Militares da Praia Vermelha e, posteriormente, do Realengo, com a total ausência de espírito militar. Disponíveis e predispostos para preocupações não profissionais, era natural que a política polarizasse o interesse dos jovens tenentes e capitães (COELHO, 2000).

Foram realizadas várias tentativas de restauração da coesão militar a partir do advento da Missão Militar Francesa, estimulando-se a modernização do Exército e o interesse pela sua profissionalização. Além disso, foram oferecidos incentivos e vantagens à passagem para a reserva de oficiais superiores com um determinado tempo de serviço, buscando-se o fim da velha elite militar e abrindo vaga aos mais jovens e capacitados pelos cursos de aperfeiçoamento e de estado-maior (COELHO, 2000).

A Revolução de 1930 e o Estado Novo

Encerrado o período conhecido por República Velha, sobrou ainda para o Exército, no início da década de 1930, a restauração dos princípios da disciplina e da hierarquia.

Após a vitória, durante o breve período de consolidação da ordem revolucionária, ainda foi possível manter alguma forma de coesão na Força. Logo, entretanto, manifestou-se a precariedade desse quadro, caracterizado pela duplicidade de comando. Havia como que dois Exércitos: um que obedecia às ordens do quartel-general revolucionário, e o outro que obedecia ao ministro da Guerra, impedindo totalmente a coesão interna da Força.

O que provocava essa situação eram as dificuldades de se conciliar o princípio revolucionário com os princípios da hierarquia, da disciplina e da liderança. Não havia generais de divisão (o maior posto da época) alinhados com a nova ordem, já que entre os revolucionários predominavam tenentes, capitães e coronéis. A solução foi promover o tenente-coronel Góes Monteiro (1929) – chefe militar da Revolução de 1930 – a general de divisão (1932) em três anos.

Essas questões tiveram, finalmente, que ser resolvidas, quando o Exército, em 1937, tornou-se avalista do Estado Novo, um regime militar na sua essência. A sustentação, por tempo indefinido, de um governo forte, requeria do Exército a demonstração de elevado grau

de disciplina e de efetiva ação de comando, em suma, de níveis inéditos de coesão militar.

Essa simbiose Exército-Estado veio a ser expressa em uma doutrina militar, criada pelo general Góes Monteiro, de efeitos duradouros (COELHO, 2000).

Em parte, a eficiência dessa doutrina, no que diz respeito à coesão do Exército, deveu-se à forma pela qual a sua liderança absorveu e reinterpretou, para consumo do espírito militar, o impacto da Revolução Constitucionalista de 1932, e, sobretudo, da Intentona Comunista em 1935. Pois, se a Intentona estimulou a coesão militar, a doutrina deu-lhe um propósito (COELHO, 2000).

A reforma do ensino de formação de oficiais, sob a inspiração do coronel José Pessoa, vai modificar profundamente a educação das novas gerações, mudando os hábitos e construindo o destino de grandeza do Exército, formatando uma mentalidade homogênea de chefes militares.

Da redemocratização de 1945 aos dias atuais

A redemocratização do país em 1945, permitindo a reabertura do jogo político, produziu efeitos dentro do Exército. Surgiram várias correntes de opinião militar, que, às vezes, transformaram-se em correntes de ação, ameaçando irremediavelmente a coesão militar. Foi sempre possível, entretanto, evitar que tais divergências internas ultrapassassem os limites críticos, ou que suas consequências chegassem ao ponto de impedir o Exército de recompor-se. O mais importante fator dessa contínua recomposição pode ser creditado, direta ou indiretamente, à atuação da liderança militar criada a partir do Estado Novo (COELHO, 2000).

Essa continuidade de liderança militar perdurou até meados da década de 1960, o que garantiu a permanência da linha de atuação anterior. Além disso, em torno dessa liderança, foi aos poucos se aglutinando um grupo de oficiais, quase todos em função de estado-maior, que conservaria por longo tempo uma surpreendente coesão e unidade de propósitos. Foram eles

que constituíram o núcleo de criação e implantação da Escola Superior de Guerra, de onde sairia a doutrina de segurança nacional (COELHO, 2000).

Em 1954, 1955, 1961 e 1964, ocorreram, muitas vezes, divisões internas, que causariam, aparentemente, irremediável e iminente confronto entre as facções militares. Seus líderes, no entanto, recuaram para encontrar a fórmula da conciliação, do compromisso ou do restabelecimento da integridade hierárquica. Em síntese, a coesão do Exército sempre se sobrepôs, ainda que nos últimos instantes, às rivalidades internas. Nesse processo, o anticomunismo continuou sendo o fator de convergência de perspectivas e de coesão interna (COELHO, 2000).

Um outro fator que tem preservado a coesão do Exército até aqui foi o desenvolvimento da consciência da necessidade de preservar o prestígio e a autoridade do Alto-Comando, como a esfera exclusiva para a formulação da política do Exército. Com isso, evitou-se a mobilização dos escalões subalternos para a discussão de temas controvertidos, ou para suporte de correntes de opinião militar.

Podemos acrescentar a essa lista a formação dos oficiais pela AMAN, a partir da sua criação em 1944, sob a inspiração dos ideais do marechal José Pessoa, constituindo uma geração que pode ser identificada como a espinha dorsal da instituição, por possuírem uma formação única, cultuarem os mesmos valores e as mesmas tradições e terem uma trajetória profissional e de vida muito semelhante, desenvolvendo, assim, uma mesma visão de mundo. A participação desse grupo de elite na formação das novas gerações de sargentos e da tropa gera um forte sentido de coesão no Exército Brasileiro (ARAUJO, 2019).

Os estudos recentes sobre o Exército Brasileiro consagram uma concepção de integração e de coesão organizacional alcançadas a partir de técnicas de formação, de rituais de confraternização e disciplinarização (CASTRO, 1990), materializados nas normas regulamentares e administrativas (R1, R2, R3 e R4), nos programas de instrução (PP), nas diretrizes estratégicas do EME e dos demais órgãos setoriais, proporcionando à Força uma uniformidade de procedimentos e um

alinhamento nas ações, que irão ajudar a produzir a coesão militar.

Outros autores, no entanto, enxergam sinais de desconstrução dessa coesão apontada por nós até aqui. Dentre eles, merece destaque Maria Alice Rezende de Carvalho (2019), que considera que

desde a década de 1990, o Exército tem conhecido uma crescente heterogeneidade em seus processos de socialização (coesão funcional) por diferentes motivos: quer em virtude do ingresso de quadros com diploma universitário, que fazem apenas uma breve passagem pela Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx); quer pela chegada das mulheres; quer ainda pela multiplicação das atividades-meio da corporação, operadas por militares com formação tecnológica ou científica (oficiais técnicos temporários – OTT), que têm como referência circuitos sociais cada vez mais ligados àquelas atividades e distantes da caserna, tais como as redes internacionais de pesquisadores. Assim, embora a formação de oficiais combatentes continue sendo exclusividade da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), diferentes padrões de socialização compõem, hoje, a feição institucional do Exército Brasileiro. Isso contribui para a revisão da ideia de homogeneidade de seus membros, corroborando o trabalho de Edmundo Campos Coelho (2000), que já entendia a coesão institucional e o caráter monolítico daquela organização como variáveis analíticas, e não como *atributos institucionais*. (CARVALHO, 2019)

Além disso, a existência, nos dias de hoje, de um quadro de guerra de 5ª geração, que avança a tecnologia de 4ª geração (drones, biotecnologia e nanotecnologia) e apresenta o uso da *guerra híbrida* como um catalizador, conjugando capacidades convencionais, táticas de guerra regular/irregular, ações terroristas, coerção e indução da violência, obriga o Exército a lutar contra o robustecimento de organizações clandestinas, crises humanitárias e, sobretudo, o combate às ações de erosão que visam a degradação dos elevados níveis de coesão alcançados e relativização da soberania nacional (SANTOS, 2019).

Para se antever a essas possíveis ameaças à coesão da Força, representadas pela série de fatores apontados anteriormente, além da crescente crise de valores

por que passa a sociedade brasileira, uma das armas que está sendo empregada com sucesso advém do desenvolvimento do Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT), lançado pelo EME, por meio da Portaria nº 255, de 4 de julho de 2016.

O PRVT está sendo desenvolvido pelo CEPHiME/DPHCE, objetivando internalizar os valores no âmbito do Exército Brasileiro (EB) e promover uma maior integração entre o EB e a sociedade. Esse projeto busca: divulgar o patrimônio histórico do Exército, visando ao fortalecimento dos valores, tradições e ética profissional militar; incentivar a pesquisa e a difusão da História Militar do Brasil; estimular o culto aos heróis militares nacionais; e conhecer os aspectos históricos da região, estado e município onde o militar está servindo.

Considerações finais

Um grupo militar unido e coeso terá melhores resultados na execução de tarefas exigentes, pois a coesão mantém o grupo organizado e focado nas tarefas, servindo como sistema de apoio social mútuo, tanto no nível da tarefa em si, como no nível emocional e da relação entre os seus membros, potencializando a autoestima individual e permitindo aos indivíduos suportarem situações que não conseguiriam suportar sozinhos (GRIFFITH e VAITKUS, 1999).

O estudo da História Militar contribui para o fortalecimento da coesão do Exército como instituição. O militar conhecedor do passado da instituição a que serve será um profissional mais qualificado e preparado para conviver em um mundo onde as informações e a cultura geram poder.

Do que foi visto e estudado neste trabalho, podemos afirmar que:

1) coesão, alicerçada na camaradagem e no espírito de corpo “construído no sacrifício das experiências da caserna, sobretudo nas adversidades e na superação dos limites” (PINA, 2018), é fator determinante na capacidade de gerar sinergia para motivar e movimentar a Força nos dias de hoje.

2) os nossos oficiais formados na AMAN,

por meio da reprodução da sua linguagem nas escolas de formação de sargentos e, juntos, oficiais e sargentos, reproduzindo-a na formação dos demais militares, quer sejam de carreira quer sejam temporários, dão a necessária coesão à instituição, a identidade sólida, a hegemonia dominante, a confiança mútua entre superiores e subordinados e entre pares: a mesma fala, a mesma linguagem, a mesma visão de mundo, a mesma verdade... a única possível. (ARAUJO, 2019) 

Referências

ARAUJO, Everton S.; RAPOSO, Eduardo V. A Elite do Exército. **Perspectivas**. São Paulo, v. 53, p. 59-79, jan/jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13459/8883>. Acesso em: 20 jun 2022.

BRASIL. **Portaria nº 255, de 4 de julho de 2016**, do EME, regula o Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT).

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**, regula o E/1 (Estatuto dos Militares).

CALAZA, Cláudio P. **A História Militar na AFA para AMAN**. 2012.

CARRON, A.V.; WIDMEYER, W. N.; & BRAWLEY, L. R. The development of an instrument to assess' cohesion in sport teams: The Group Environment Questionnaire. **Journal of Sport Psychology**, v. 7, n. 3, p. 244-266, 1985. doi: 10.1123/JSP.7.3.244.

CARRON, A. V.; BRAY, S. R.; & EYS, M. A. Team cohesion and team success in sport. **Journal of Sport Sciences**, v. 20, n. 2, p. 119-126, 2002. doi: 10.1080/026404102317200828.

CARVALHO, Maria Alice R. Exército Brasileiro: um retrato a aquarela. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2019, v. 38, n. 3, p. 637-651. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030007>. Acesso em: 20 jun 2022.

CLARK, John G.D. Space, time and man: a prehistorian's view. **Isis**. v. 85, n. 2, p. 297-299, 1994. doi: <https://doi.org/10.1086/356817>.

COELHO, Edmundo C. **Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GODDARD, W.; Melville, S. **Research Methodology: an Introduction**. Lansdowne: Juta, 2004.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

PINA, Rodolfo Tristão. **O espírito de corpo dos militares**. 2017. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/o-espírito-de-corpo-dos-militares.html>. Acesso em: 20 jun 2022.

PINHO, Ricardo F. M. **Liderança e Coesão dos Graduados Instruendos no Curso de Comandos**. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Portugal, 2016.

SIEBOLD, G. L. The Essence of Military Group Cohesion. **Armed Forces & Society**, v. 33, n. 2, p. 286-295, 2007. doi:10.1177/0095327X06294173.

TAVARES, Kleber S. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. 2009. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.